

A Ilha da Mão Esquerda ou a Utopia do Amor de Alexandre Jardin (Recensão)

Fátima Vieira

(Faculdade de Letras do Porto)

Citação: Fátima Vieira, "A Ilha da Mão Esquerda ou a Utopia do Amor de Alexandre Jardin", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 3 (2005). ISSN 1645-958X. <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

Alexandre Jardin, *A Ilha da Mão Esquerda*, trad. de Ana Paula Tanque e Maria Helena Serrano, col. Biblioteca das Utopias, n.º 4, Famalicão, Editora Quasi, 320 pp.

Publicado pela primeira vez em França em 1995, *A Ilha da Mão Esquerda* inscreve-se claramente no género literário utópico, descrevendo a viagem de um herói (Lorde Jeremy Cigogne) até um arquipélago ignorado pelos geógrafos, no Pacífico Sul, e a sua inserção, juntamente com a sua família, na sociedade utópica fundada pelo Capitão Renard em 1885. Mas apesar do título, que poderá parecer apontar para uma utopia ideológica, *A Ilha da Mão Esquerda* tem como tema central e quase obsessivo o Amor e a necessidade de ele ser continuamente cultivado e reinventado numa relação a dois. Na verdade, a pergunta central que motivou o mentor da colónia esquerdina a abandonar o "mundo dos dextros" não foi "como conviver em sociedade?" mas "como é que fazemos para amar?". A pergunta, note-se, não deixa de exprimir preocupações sociais; a proposta utópica (se é que de uma proposta se trata) parte da ideia de que o homem e a mulher, unidos por uma relação (e, a partir deles, a sua família próxima), se cultivarem o Amor, saberão apreciar os valores que na vida são realmente importantes.

O Arquipélago Canhoto em que Jeremy Cigogne, a sua mulher, Emily, os seus filhos e o mordomo se refugiam, é formado por três ilhas peculiares: a Ilha de Helena, assim chamada em homenagem à mulher que o Capitão Renard dedicou a sua vida a amar; a Ilha do Silêncio, onde os casais aprendem a conhecer-se melhor sem o ruído das palavras; e a Ilha de Todas as Verdades, onde um gás iodado que dissolve as mentiras põe à prova a solidez das relações conjugais. Explorando as três ilhas e aderindo aos estranhos costumes helenianos do *Dia Branco*, da Quaresma de abstinência sexual, do Outubro libertino e do Carnaval canhoto, Cigogne e Jeremy apreendem o sentido de um amor incondicional, não sem antes conhecerem os sobressaltos do ciúme, causado pelo adultério que ambos praticam.

Poderá parecer estranho chamar-se utopia a um romance em que, no processo de descoberta de Si e do Outro, predominam os jogos eróticos e a linguagem da sedução. Contudo, para além do facto de *A Ilha da Mão Esquerda* obedecer a todos os requisitos formais que caracterizam o género literário utópico, o romance assenta numa visão menos usual do homem, neste género, mas nem por isso menos válida, assente na valorização do corpo e dos afectos. Na verdade, nesta utopia a realização plena do homem passa pela afirmação da sua sexualidade.

Logo nas primeiras páginas do romance, assistimos ao suicídio trágico do chimpanzé Harold. A voz do narrador explica o fenómeno insólito: "Harold pusera termo à vida no campo de *croquet* (...), metendo o cano de um revólver entre os dentes. (...). Os chimpanzés nunca se suicidam; mas Harold tinha um passado curioso. Quanto mais macaqueava a condição humana, maior era o desencanto que sofria." (p. 12). O desencanto de Harold com o mundo dos dextros anuncia o tom da narrativa que se segue e explica o sucesso da colonização da Ilha de Helena. Para lá emigraram, ao longo de um século, homens e mulheres *canhotos de espírito*, incapazes de viver felizes no mundo dextro dos Mal-Amados. Em Inglaterra, que surge no romance como paradigma do mundo dextro, "o amor era absolutamente secundário" (p.11): a sociedade fora "inteiramente construída à volta do deus Trabalho" (p. 279). Os "Branco dextros" cultivam os frutos do progresso material; o automóvel, erradicado da sociedade heleniana, é o símbolo por excelência da pressa dextra, da falta de atenção ao momento presente. Neste contexto, o casamento apresenta-se como um "rol de obrigações" (p. 284).

Na Ilha de Helena, naquela "terra de utopia", como é reiteradamente chamada no romance, a vida é bem diferente: os casais cultivam a arte do "bom sexo" e alimentam o romance, trocando cartas de amor mesmo após longos anos de união; a vida desenrola-se segundo um calendário particular, que reserva espaços para que mulher e marido, individualmente ou em conjunto, reflectam sobre o significado do matrimónio; e o casamento é alicerçado em verdadeiros gestos de amor. De entre estes, destacam-se dois: a caça ao *zubial* e a construção de uma casa feita à medida da mulher.

Os zubaiais são marsupiais raríssimos, que possuem uma "extraordinária capacidade de empatia" (p. 188). Podem ser encontrados apenas na "ingrata terra de Little Greece" e por vezes demoram meses a ser domesticados: "A aproximação ao zubial devia conduzir-se como a aproximação a si próprio. Se se sentisse medo ou desconfiança ao vê-lo, ele mostrava-se receoso; um gesto agressivo da parte do seu futuro dono podia até torná-lo feroz. (...) Era raro que o pretendente desistisse (...) Que Canhota desejaria desposar um homem incapaz de se domar a si próprio?" (p. 190). Também as casas eram prova de um amor intenso e da capacidade que os maridos tinham para adivinhar os desejos mais secretos das suas mulheres: "as 'Canhotas nunca aceitariam estabelecer-se numa habitação que tivesse sido concebida para outra. (...) Naturalmente, a arquitectura interior deveria acompanhar continuamente as

metamorfoses das relações. Com o tempo, essas construções de madeira apresentavam os estigmas da história de amor que haviam abrigado, ou até mesmo favorecido. (...) As casas mais conseguidas eram aquelas que as mulheres viam elevar-se à imagem das suas expectativas secretas, sem que tivessem necessidade de se explicar, de se confessar; eram então invadidas pela sensação deliciosa de se saberem adivinhadas. As que conheciam tal sorte eram designadas por *Bem-Amadas* (...).” (p. 92). Nesta sociedade, até o adultério é aproveitado de forma inteligente e proveitosa para a relação do casal, como provam as estatísticas helenianas (p. 315).

* * *

A trama narrativa da utopia de Alexandre Jardin, a descrição pormenorizada dos encontros amorosos entre Cigogne e a sua mulher, e destes com os respectivos amantes, a precisão do calendário heleniano que determina períodos ora de completa libertinagem ora da mais absoluta abstinência sexual, poderão surpreender o leitor familiarizado apenas com os textos canônicos da literatura utópica anglo-saxônica. *A Ilha da Mão Esquerda* parece de facto estar muito longe do texto fundador do género literário utópico: em *Utopia* (1516), de Thomas More, o casamento é matéria regulamentada pelo Estado, que proíbe por princípio (excepto em casos muito particulares) o divórcio, e que prevê como punição para o adultério a escravatura e, em caso de reincidência, a morte. E mesmo os textos que reflectem uma maior abertura no que respeita às relações entre os casais – como em *News from Nowhere* (1890), de William Morris, onde o conceito de casamento é abolido, reflectindo a lógica marxista da extinção de todo o tipo de contratos – não encontramos o debuxo despidorado dos encontros amorosos que formam, afinal, o cerne da narrativa de Jardin.

Mas existe uma outra linha dentro do género literário utópico, menos conhecida mas nem por isso menos importante, que nos ajudará a compreender melhor o contexto ficcional e filosófico em que se inscreve *A Ilha da Mão Esquerda*. Trata-se de uma linha que se desenvolveu essencialmente em língua francesa, no último quartel do século XVII e no início do século XVIII, onde a ideia de bigamia e de poligamia é encarada como natural e mesmo recomendada, e que se estende até aos falanstérios preconizados por Fourier em *Le Nouveau Monde Amoureux*. Não nos deverá surpreender o facto de essas utopias que preconizam a mais completa liberdade sexual serem publicadas na transição do século XVII para o século XVIII. Como explica Michel Foucault, nessa época a prática sexual não era tabu: “as palavras diziam-se sem reticências excessivas e as coisas faziam-se sem grande ocultação” (Foucault 1976: 9 – tradução minha). É com o desenvolvimento do capitalismo que a ordem burguesa impõe o silêncio sobre o sexo: na sociedade vitoriana, apenas o casal legítimo e procriador é reconhecido perante a lei (*ibidem*).

Como refere M. Domenichelli, o amor que predomina nessas utopias francesas é o *eros*, por oposição a *agape* (amor-caridade) e ao amor familiar. (Domenichelli 2000: 367). A paixão erótica, que é proscribida das utopias de More, Bacon e Campanella (More e Bacon insistem na virtude e castidade dos utopianos e bensalemianos, respectivamente, enquanto que Campanella faz da procriação um problema da comunidade e prevê a punição severa da homossexualidade), torna-se o estandarte da campanha iluminista da ideia da necessidade de aceitação das paixões *naturais* do homem. Em *La Republique des Philosophes* (1682), de Fontenelle, a bigamia é obrigatória e o celibato é considerado infame. Em *Histoire de Caléjava* (1700), de Claude Gilbert, a própria lei obriga à poligamia, o celibato é punido mais severamente do que o assassinio e os casamentos sem filhos terminam ao fim de três anos. Em *Basiliade* (1753), de Morelly, não existe a noção cristã de pecado: as relações sexuais são completamente livres e embora raras entre pais e filhos, são comuns entre irmãos. Também em *Supplement au Voyage de Bougainville* (1772), de Diderot, predomina a noção de amor livre, não existe a ideia da indissolubilidade do casamento, o incesto é praticado e a cópula pública é encarada como natural (*apud* Trousson, 2000: 221-226). Mas é sem dúvida nos textos de Sade e de Fourier que a questão do amor livre e da paixão erótica se revestem de maior relevância, assumindo-se como o princípio organizador da sociedade.

Como nota Domenichelli, com Sade, a questão do amor livre, ao ser tratada em termos libertinos, colide com a ordem social utopiana (Domenichelli 2000: 368). Na verdade, a ordem existia mesmo nas sociedades ficcionadas atrás mencionadas, onde a cópula era vista como um contributo para a comunidade, já que, para além de proporcionar a satisfação de desejos individuais, tinha como consequência a procriação. Com Sade, predomina o princípio do prazer: na cidade de Butua, descrita em *Aline et Valcour* (1788), a sodomia, a homossexualidade, o incesto ou quaisquer perversões sexuais não são vistas como um mal, nem tão-pouco punidas por lei. Nessa cidade de “todas as perversões naturais”, os mais fortes tiram prazer das suas experiências enquanto que os mais fracos sofrem, numa lógica de satisfação utópica de todos os desejos (*idem*, 369). Com Fourier, o sexo, a paixão e o amor tornam-se os temas fortes da sociedade *natural* que ele descreve em *Le Nouveau Monde Amoureux* (escrito c. 1830; publicado 1967). Nos falanstérios fourieristas, as paixões, matematicamente descritas e calculadas, são o princípio organizador da vida em sociedade. Para Fourier, o amor monogâmico é anti-social e anti-harmonioso, ao passo que a poligamia e o amor orgiástico, hetero e homossexual, combinam e harmonizam os sentidos e a alma. É por essa razão que, ao descrever a sociedade de Harmonia, Fourier detém-se longamente na descrição de copulações múltiplas em *combinações harmoniosas* (*idem*, 369).

* * *

O interesse do romance utópico de Alexandre Jardin, agora publicado em tradução pela Editora Quasi e integrado na colecção “Biblioteca das Utopias”, reside precisamente na forma como o autor recupera para o nosso tempo

princípios e ideias importantes para a compreensão da tradição de literatura utópica ocidental. Diz-se frequentemente (demasiadas vezes, na minha opinião), que o nosso tempo não é propício a utopias. Creio que assim não é: ao longo da História, foram precisamente os tempos mais infaustos que ofereceram as visões mais límpidas do pensamento utópico. É certo que a primeira metade do século XX se pautou por uma rejeição dileitante do utopismo, mas tal deveu-se, como muito bem explicou Adalberto Dias de Carvalho, a uma confusão entre a *utopia política* e a *utopia filosófica* (Carvalho 2005: 65). A *utopia filosófica*, embora possa conter um desígnio de acção política, empenha-se mais em avançar princípios; para além disso, revela consciência do *excedente de desejo* que contém, isto é, não avança planos de acção concretos mas traça linhas de orientação que assume como utópicas (no duplo sentido de desejáveis e irrealizáveis). Neste sentido, é mais consistente com a cosmovisão do homem contemporâneo, que já não acredita em planos de acção infalíveis.

Embora de forma um tanto dispersa, a utopia enquanto género literário tem vindo a ser recuperada, um pouco por todo o mundo. Disso são sem dúvida prova três romances utópicos publicados na última década: para além de *A Ilha da Mão Esquerda* (1995), registam-se *Utopia III* (1998), do português Pina Martins e *Inglaterra, uma fábula* (1999), do argentino Leopoldo Brizuela. Curiosamente, estes três romances que têm recebido muito pouca atenção por parte da crítica no que respeita à sua vertente utópica, acabam por ilustrar, na perfeição, três dos múltiplos desenvolvimentos que o género literário utópico sofreu, ao longo dos séculos. Com Alexandre Jardin, recupera-se aquilo a que podemos chamar de *tradição francesa*, que assenta na valorização da liberdade do homem a todos os níveis, incluindo o sexual; com Pina Martins, revaloriza-se o texto primeiro da literatura utópica – *Utopia*, de Thomas More – e põe-se a ênfase no carácter lúdico do exercício utópico, isto é, no gosto de se imaginar cenários diferentes, com a consciência de que eles não existem na realidade; por fim, com Brizuela, recupera-se a imagem shakespeariana da ilha utópica, e apresenta-se a utopia como chave para a compreensão da cultura britânica.

Ao publicar *A Ilha da Mão Esquerda*, Alexandre Jardin obriga-nos à leitura, ainda que oblíqua, dos textos de Fourier, e à reconsideração do seu contributo para a literatura utópica ocidental, em sentido lato. Resgata pois para o nosso tempo o pensamento de um filósofo social que ficou conhecido pela concepção dos falanstérios, mas cujas reflexões sobre a necessidade de afirmação do homem enquanto ser eminentemente sexual são ainda desconhecidas do grande público. A prova desse desconhecimento poderá ser encontrada nas recensões críticas publicadas sobre o livro de Jardin, onde (pelo menos naquelas a que tive acesso) o nome de Fourier é apenas enunciado de passagem. *A Ilha da Mão Esquerda* é sem dúvida um texto imprescindível para compreendermos os novos caminhos do utopismo contemporâneo, mas o seu entendimento será apenas possível se adoptarmos como pano-de-fundo para a nossa leitura *Le Nouveau Monde Amoureux*, de Fourier, e toda a tradição de literatura utópica francesa, que desde cedo pugnou pela ideia de que a instauração da sociedade ideal passará obrigatoriamente pela libertação sexual do homem. Esta é uma ideia que Jardin actualiza com propriedade para o nosso século, recordando, em particular ao leitor francês, um desenvolvimento particular da tradição de literatura utópica, e pondo à sua consideração a ponderação da sua pertinência para o dealbar do novo milénio.

Obras Citadas

Carvalho, Adalberto Dias de (2005), “From Contemporary Utopias to Contemporaneity as a Utopia”, *Utopia Matters: Theory, Politics, Literature and the Arts*, ed. Fátima Vieira & Marinela Freitas, Porto, Universidade do Porto, pp. 63-80.

Domenichelli, M. (2000), verbete sobre “Amor” (“Love”), in Vita Fortunati & Raymond Trousson (eds.) *Dictionary of Literary Utopias*, Paris, Honoré de Champion, pp. 367-372.

Foucault, Michel (1976), *Histoire de la Sexualité: La Volonté de Savoir*, 1, Paris, Éditions Gallimard.

More, Thomas (s/d.), *Utopia*, Lisboa, Edições Europa-América.

Trousson, Raymond (2000), verbete sobre “Família” (“Family”), in Vita Fortunati & Raymond Trousson (eds.), *Dictionary of Literary Utopias*, Paris, Honoré de Champion, pp. 221-226.